



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

DECRETO N.º 498, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018.

ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, PARA O LEVANTAMENTO DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL DO EXERCÍCIO DE 2018, FACE AS RECOMENDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR N.º 101/00 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E RESOLUÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL/ES, no uso de suas atribuições legais, conforme determina o art. 30 da Constituição Federal, bem como no art. 71, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o encerramento do exercício financeiro e o conseqüente levantamento do Balanço Geral constituem providências que devem ser prévia e adequadamente ordenadas, sendo que os procedimentos a elas pertinentes devem ser cumpridos de maneira uniforme e rigorosamente de acordo com os prazos fixados;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Finanças, o registro, em tempo hábil, de todas as operações de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, ocorridas no exercício; e

CONSIDERANDO que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6.º bimestre de 2018 e o Relatório de Gestão Fiscal do 3.º quadrimestre de 2018 devem ser publicados até 30 de Janeiro de 2019, em cumprimento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

DECRETA:

Art. 1.º Somente serão inscritas em “Restos a Pagar” as despesas liquidadas até o dia 30 de Dezembro de 2018.

§ 1.º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenham sido, efetivamente, realizados no exercício, e, liquidadas aquelas cujos títulos e documentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

comprobatórios do respectivo crédito comprovem o direito do credor, conforme estabelecido no Art. 63 da lei n.º 4.320/64.

§ 2.º Os processos com os comprovantes de despesas, devidamente atestados neste exercício, deverão ser encaminhados à Secretaria de Finanças até o dia 30 de Dezembro de 2018, para inscrição em Restos a Pagar.

§ 3.º Excetua-se do disposto neste artigo as despesas referentes aos gastos com a Saúde, Educação nos ensinos infantil e fundamental, e, Convênios, desde que os recursos financeiros correspondentes estejam depositados em contas bancárias específicas.

§ 4.º As despesas empenhadas e não liquidadas ou não comprovadas à necessidade de permanência pelo Secretário da pasta, até o dia 30 de Dezembro de 2018 serão canceladas pela Secretaria de Finanças.

§ 5.º Serão cancelados até o dia 30 de Dezembro de 2018, após a liquidação e pagamento das faturas do mês, todos os saldos dos empenhos emitidos por estimativa, tais como os referentes a serviços de fornecimento de energia elétrica, água, contratos, telecomunicações, bem como os saldos dos empenhos por estimativa referente às despesas de pessoal.

§ 6.º Os saldos existentes de Restos a Pagar processados de exercícios anteriores a 2014 serão considerados prescritos em 31/12/2018, sendo, portanto, automaticamente cancelados, exceto os que possuem pendência judicial.

§ 7.º Devido a não entrega do material ou a prestação do serviço até 30 de Dezembro de 2018, os saldos existentes de Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores a 2018, serão automaticamente cancelados.

§ 8.º Os Processos empenhados neste exercício, cuja despesa refira-se a exercícios anteriores a 2018 e que ainda não tenham sido pagos neste exercício, exceto os das vinculações constitucionais, serão bloqueados, devendo a Secretaria de Finanças encaminhar relatório descritivo desses valores a cada Secretaria Municipal correspondente para as justificativas pertinentes.

§ 9.º As Secretarias poderão assegurar a manutenção dos saldos de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores a 2018 providenciando os seus desbloqueios até 10 de Janeiro de 2019, condicionada a real conformidade da obrigação com os respectivos compromissos e respaldada na existência de disponibilidade financeira para sua cobertura, nos termos previstos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que a Secretaria de Finanças cancelará os saldos não justificados



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

remetendo os processos à Procuradoria Municipal, que deverá instruir a Administração quanto aos procedimentos pertinentes.

§ 10. Os saldos desbloqueados pelas Secretarias, nos termos do parágrafo anterior, terão validade até 31 de Dezembro de 2019.

§ 11. Os contratos de serviços contínuos e de execução de obras cujos empenhos foram cancelados nos termos deste artigo deverão ser empenhados no exercício de 2019 de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras e manifestação formal do Secretário responsável.

§ 12. Poderão ser empenhadas e inscritas em restos a pagar, as despesas com pessoal e encargos referentes ao mês de Dezembro de 2018 e programadas para pagamento no mês de Janeiro de 2019, período em que o município deverá ter ingressado os recursos financeiros correspondentes.

§ 13. Poderão ser inscritos em restos a pagar processados e não processados os empenhos vinculados a verbas de convênios ou outros recursos da União ou Estado, ingressadas ou não até o dia 31 de Dezembro de 2018.

§ 14. Os empenhos de adiantamentos não poderão ser inscritos em restos a pagar, devendo ser anulados até 30 de Dezembro de 2018.

Art. 2.º Os responsáveis por adiantamentos e diárias, sob pena de responsabilidade, na forma da lei, deverão apresentar as respectivas comprovações até 30 de Dezembro de 2018.

§ 1.º Os saldos dos adiantamentos concedidos e não utilizados, cujo prazo de aplicação encerra-se no final do exercício, deverão ser recolhidos e anulados até 20 de Dezembro de 2018.

§ 2.º Os empenhos correspondentes a adiantamentos ou diárias concedidas e pendentes de liquidação, por falta de comprovação, serão anulados, inscrevendo-se a responsabilidade dos respectivos servidores na conta "Diversos Responsáveis".

Art. 3.º A emissão de empenhos relativos ao orçamento de 2018 será admitida somente até 30 de Novembro de 2018.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* os empenhos decorrentes de créditos suplementares concedidos posteriormente, bem como, os empenhos referentes a vinculações constitucionais, pessoal e encargos, serviço da dívida e



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

transferências constitucionais, cuja data limite será 30 de Dezembro de 2018. Casos excepcionais deverão ser submetidos ao Chefe do Poder Executivo com as devidas justificativas, devendo obter autorização expressa do ordenador de despesa.

Art. 4.º Fica a Secretaria Municipal de Administração responsável por encaminhar à Secretaria Municipal de Finanças inventário físico dos bens de consumo, móveis e imóveis, até a data de 30 de Janeiro de 2019.

Art. 5.º Fica à Controladoria Geral do Município a elaboração do relatório de controle interno concernente à avaliação da execução da Lei Orçamentária Anual, em cumprimento a legislação pertinente.

Art. 6.º O Instituto de Previdência Municipal de Rio Novo do Sul, bem como a Câmara Municipal de Rio Novo do Sul, deverão protocolizar junto à Prefeitura Municipal os arquivos referentes às suas respectivas prestações de contas anuais do exercício de 2018, até o dia 28 de Fevereiro de 2019.

Parágrafo único. Ficam os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta responsáveis pelo pronto atendimento às solicitações da Controladoria Geral do Município, para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, bem como pelo acompanhamento da execução das demais disposições deste Decreto.

Art. 7.º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Dado e traçado no Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, aos 14 de Novembro de 2018.


THIAGO FIORIO LONGUI
PREFEITO MUNICIPAL